



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº08/2017

----- Aos vinte e um dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 3/2017, referente à reunião ordinária de dez de fevereiro. -----

----- Aprovada a ata nº 3/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (7 votos a favor). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 4/2017, referente à reunião ordinária de vinte e quatro de fevereiro. -----

----- Aprovada a ata nº 4/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 5/2017, referente à reunião ordinária de dez de março. -----

----- Aprovada a ata nº 5/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 6/2017, referente à reunião ordinária de vinte e quatro de março. -----

- ----- Aprovada a ata nº 6/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (7 votos a favor). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 7/2017, referente à reunião ordinária de dez de abril. -----

----- Aprovada a ata nº 7/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (5 votos a favor). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Setecentos e setenta e três mil, seiscentos e setenta e sete euros e trinta e oito cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois euros e oitenta e três cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO TEJO (AMVT) – REQUALIFICAÇÃO DA COLÓNIA BALNEAR DA NAZARÉ** -----

----- A Presidente da Câmara retirou o presente Assunto para Conhecimento da Ordem de Trabalhos, dado que o CD enviado, não vinha devidamente preparado para ser transformado e fazer parte da documentação para análise e discussão. Será presente à próxima reunião do Órgão Executivo. -----

----- **ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 4º TRIMESTRE DE 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o assunto para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre o mesmo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por referir que o ano de dois mil e dezassete é o ano que vai assinalar o vigésimo aniversário da fundação da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, o que é uma data simbólica e que merece um momento de reflexão. Apelou a que a Câmara Municipal, em conjunto com o Instituto Politécnico de Santarém se empenhem na elaboração de um estudo técnico de análise sobre a avaliação dos reais impactos sociais, económicos e empresariais que a Escola Superior de Desporto teve em Rio Maior e na região, sugestão que já apresentara quando exercera o cargo de Deputado Municipal. Disse que este estudo também deverá servir para perspetivar a forma como a Escola Superior de Desporto pode evoluir nos próximos vinte anos, com novas redes de participação nacionais e internacionais. Questionou o ponto da situação sobre o processo de instalação da Residência de Estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. -----

----- De seguida referiu que teve conhecimento pelos meios de comunicação social que está concluído um parque de estacionamento nas Salinas de Rio Maior, mas

apesar de o mesmo ser é importante, questionou a sua eficácia ao nível do Plano de Pormenor e de Salvaguarda do Património das Salinas e solicitou esclarecimento sobre a informação veiculada na comunicação social da cedência daquele espaço por um período de cinco anos, e em que termos foi feito o acordo de instalação do Parque de Estacionamento. -----

----- Ainda no uso da palavra questionou para quando se previa a conclusão da ciclovia que liga Rio Maior/ Salinas e opinou que, o facto da ciclovia estar por concluir, gerou um problema de segurança pública, porque as pessoas não têm forma de prosseguir a pé ou de bicicleta para chegarem ao interior do núcleo urbano das Salinas. -----

----- No que respeita às reuniões técnicas e de apresentações públicas, relacionadas com o PEDU, Plano Pormenor das Salinas e o Plano Estratégico de Turismo solicitou informação concreta das datas, para que possa participar nesses momentos. -----

----- Continuou a intervenção reportando-se ao “Portugal 2020” dado que recentemente foram publicados avisos relacionados com a competitividade e a internacionalização dos municípios e das empresas, o empreendedorismo qualificado e coletivo especialmente vocacionado para projetos realizados em territórios de baixa densidade e a projetos relacionados com a internacionalização das PME’s e acesso a redes de cooperação, opinando que o Centro de Negócios e a Câmara Municipal promovam a divulgação destas informações que são importantes para as Empresas e Associações. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que recebeu o programa das comemorações do “25 de Abril” e constatou a ausência de envolvimento da comunidade educativa, questionando a interação entre o Programa Comemorativo do 25 de Abril e o setor educativo do Município. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se que foi “no dia “25 de Abril de 1974” que o povo português emergiu de um dos mais negros períodos da sua história, afirmando que convém em cada momento comemorar, lembrar, não branquear, e fazer dessa realização uma luta ímpar e brilhante da História do Povo Português, pois foi a revolução de Abril que permitiu que todos estivessem ali reunidos e congregar com milhares de autarcas ao longo destes quarenta e três anos o que de melhor se fez em Portugal. Foram milhares de portugueses que dando a sua generosidade, o seu voluntariado e o seu melhor saber e criatividade, permitiram que a comunidade portuguesa fizesse esquecer o fascismo, todo o seu profundo atraso e perpetuasse novos valores e novos ideais, que não só permanecem no coração e na memória do

Povo Português, mas acima de tudo no coração de “cada um de nós”, esperando que isto seja uma indestrutível riqueza, como não o são, infelizmente, muitos dos valores que passam na atualidade. Opinou ainda que o mais importante na vida coletiva do concelho de Rio Maior é a capacidade mobilizadora das vontades, já que isso é um propulsor e um guia para a ação coletiva do Povo Português, do concelho de Rio Maior e também das freguesias. Espera que com isto se possa contribuir para a construção coletiva de um Portugal mais fraterno, mais solidário, mais livre, mais democrata e mais desenvolvido. Tal como em Portugal, também em Rio Maior faltam concluir dois “D” o de democratizar e de desenvolver. O “25 de Abril” não foi apenas um dia, foi o resultado de décadas de luta abnegada, corajosa e perseverante do Povo Português e de cada um de “cada um de nós” e a todos os combatentes democratas e antifascistas, uma sentida homenagem e um sentido reconhecimento.” -----

----- De seguida solicitou informação sobre o Plano Diretor Municipal, questionando o ponto da situação e qual a data prevista para a reunião. -----

----- Continuando no uso da palavra questionou sobre o ponto da situação do Plano Pormenor das Salinas referindo que teve conhecimento do parque de estacionamento pela comunicação social, lamentando que o executivo não tenha informado os Vereadores, o que na sua opinião representava o desrespeito pelos mesmos, apesar de se congratular com a obra. -----

----- De seguida questionou o motivo pelo qual a Wash Rio não faz parte da Ordem de Trabalhos, em função do documento que foi lido pelo Senhor Vice-Presidente na última Reunião de Câmara. -----

----- Seguidamente referiu-se ao muro do Bairro Social de S. Sebastião, solicitando informação por escrito sobre esta obra embargada. -----

----- Questionou qual a razão do sinal da Rua Nova do Gato Preto estar por colocar há três anos. -----

----- Solicitou informação sobre a requalificação do passeio em frente ao restaurante “Castiço”. -----

----- Relativamente à Escola Profissional de Rio Maior, manifestando o seu profundo regozijo pelo trabalho desenvolvido por todos sem exceção, opinando que deve ser um dos exemplos que deve nortear na construção de uma perspetiva de futuro e de visão, apesar dos constrangimentos e dificuldades que são sempre colocados, verificando-se a capacidade dos Professores, da Direção e da Câmara Municipal terem conseguido encontrar o “epicentro” na solução e não no problema, sendo um bom exemplo de excelência e que deveria ir ainda mais longe.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se às candidaturas ao “Portugal 2020” questionando qual o ponto da situação. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo que iria reforçar a sugestão dada pelo Vereador Daniel Pinto relativamente à necessidade de um estudo que defina de forma clara uma estratégia na Escola Superior de Desporto, dado o papel que a Câmara teve na sua criação, pela importância que tem para o concelho de Rio Maior, por todo o apoio e envolvimento dado ao longo do tempo, tem toda a legitimidade para fazer essa sugestão e ao fazê-lo está a defender a Escola Superior de Desporto e o futuro de Rio Maior, daí felicitar esta sugestão a qual foi extremamente oportuna e à qual se deve dar sequência.-----

----- Continuou a intervenção questionando sobre o ponto da situação relativamente à sugestão que dera na última reunião de Câmara sobre a realização de uma reunião de avaliação das Tasquinhas e de perspetivas futuras, questionando se já existe o relatório de avaliação das Tasquinhas 2017 e se a maioria está a pensar fazer essa reunião, pois se a mesma não acontecer poderá já não ser oportuno.-----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção para dar conhecimento das atividades a desenvolver no próximo mês de maio, começando pelo “Rio Maior Cidade Florida” que é uma atividade que acima de tudo pretende sensibilizar a população da cidade de Rio Maior para a necessidade de também contribuir para o embelezamento e cuidado dos espaços públicos e fachadas do edificado. Assim, este ano realiza-se entre os dias dezanove e vinte e cinco de maio, e informou que o município vai distribuir vasos com flores pelo comércio da zona central, para aqueles comerciantes que se inscreveram aquando da distribuição do respetivo impresso e ainda duzentos kit’s com um pequeno vaso e flor, a distribuir pelos residentes da Avenida Paulo VI, como forma de os incentivar a florir as suas varandas. Informou ainda que no dia dezanove realiza-se um baile na praça do Comércio a qual será decorada e dinamizada pela Universidade Sénior.-----

----- Informou que depende da anuência da família a inauguração da Galeria Feliciano Júnior no dia vinte de maio.-----

----- Na Biblioteca Municipal realizar-se-á também um Workshop sobre “flores em papel para as nossas crianças”. Haverá também a apresentação de um livro sobre plantas, uma feira de artesanato e uma exposição de orquídeas no Jardim Municipal e um “*workshop*” sobre as mesmas a realizar no dia vinte e um de maio. Também no dia vinte e cinco de maio, decorrerá a colocação de flores na fachada da Casa Senhorial, com a habitual participação das crianças das escolas. Haverá também em vários

espaços públicos instalações decoradas e elaboradas com a colaboração das Instituições de Solidariedade Social e alguns Centros de Dia da cidade e também do concelho.-----

----- Informou também que nos dias vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito de maio realiza-se a terceira edição do “*PalhaçArte*”, em que no primeiro dia terá a visita dos “Drs Palhaços” aos Jardins de Infância, Escolas do 1º Ciclo e Lares. No dia vinte e sete de maio haverá atuações de Palhaços no Jardim Municipal e ainda a realização da “3ª Gala do *PalhaçArte*”, com artistas nacionais e internacionais. Também no dia vinte e oito de maio, no Jardim Municipal realizar-se-á o habitual “Piquenique *PalhaçArte*”. Informou também que para acautelar possíveis partidas do “São Pedro” terão uma tenda de apoio no Jardim Municipal.-----

----- Ainda no uso da palavra e respondendo ao Vereador Daniel Pinto referiu que este não poderia ver o que não está contemplado que é a participação da Educação no programa das comemorações, dado que isso não foi pensado, mas referiu haver escolas onde a prática da democracia é uma constante e habitualmente todas as escolas realizam atividades alusivas ao “25 de Abril” muitas vezes até convidando atores da época para partilharem com os alunos os momentos “antes e depois” deste acontecimento da nossa história que tantas alterações trouxe para a vida de todos e que eram necessárias. Aditou que poderia entender a questão também como uma sugestão e bem-vinda, mas para que as comemorações envolvam as escolas, torna-se necessário, programar com um ano de antecedência para que estas o possam contemplar nos seus Planos de Atividade, ou seja em Junho/Julho quando o Sector da Educação programa o Plano de Atividades do município a implementar nas escolas, essa questão poderá ser contemplada, sendo certo que quem estiver em funções nessa data o poderá ou não implementar.-----

----- Terminou a intervenção informando o Vereador Augusto Figueiredo que os Serviços se deslocaram junto da Rua Nova do Gato Preto e não se pode colocar no local um sinal de rua sem saída quando esta tem saída e existem no local uns blocos de lancil que o impedem mas não foram os serviços da autarquia que os colocaram.---

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por informar o Vereador Daniel Pinto que na passada 2ª feira se realizou um Seminário no Centro de Negócios, organizado pelo Nersant, com a participação da Câmara Municipal, sobre os Fundos Comunitários para as empresas e onde foi apresentado os programas já abertos e os que iriam abrir, salientando que o executivo está atento, tendo sido devidamente divulgado e do conhecimento público o programa do referido Seminário.-----

----- Seguidamente informou que nos primeiros três dias da semana decorreu algo inédito em Rio Maior, ou seja um “Bootcamp de empreendedorismo” organizado pela Câmara Municipal, pelo Centro de Negócios e pelo CLDS 3G, com a colaboração da equipa do jovem Açoriano André Leonardo, que é considerado um dos sete jovens que podem “mudar o mundo”, pois tem uma grande experiência dado que viajou pelo mundo durante dois anos, sempre a trabalhar na área do empreendedorismo e acompanhando tudo aquilo que se faz nesta área. Foram trinta e seis alunos das escolas Profissional e Secundária que estiveram com ele durante três dias, e que desenvolveram determinados projetos que foram premiados no último dia do evento. Este projeto foi desenvolvido no Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior.-----

----- Terminou a intervenção referindo que o relatório das Tasquinhas está a ser elaborado para posteriormente ser presente a reunião de Câmara.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção informando pormenorizadamente o ponto da situação do processo relativo á lavandaria Wash Rio e passou a ler a troca de email’s entre a Câmara Municipal e a CIMLT sobre esta matéria, continuando-se a aguardar pelo relatório conjunto.-----

----- Relativamente ao PDM informou que a Câmara continua a aguardar o parecer da CCDRLVT sobre a segunda versão da REN, não sendo possível avançar sem o parecer em causa.-----

----- Quanto o Plano de Pormenor das Salinas informou que a Câmara continua a aguardar o parecer do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.-----

----- Sobre o Parque de Estacionamento que está a ser feito nas Salinas informou que houve um acordo assinado com a proprietária do terreno em que durante um período de cinco anos permite que a Câmara utilize o espaço, frisando que esta situação não interfere de modo algum com o Plano de Pormenor das Salinas. Referiu ainda que este acordo tem data anterior à elaboração do Plano de Pormenor, sendo uma situação temporária que iria ajudar a minorar a questão da falta de estacionamento naquele local. -----

----- Referiu também que o Executivo sabe que faltam casas de banho nas Salinas e estavam a ponderar fazer umas novas, em local ainda a definir, independentemente do Plano estar concluído, pois não deve ser esquecido que tem de haver verbas disponíveis para que o mesmo possa avançar, situação que poderá demorar ainda alguns anos.-----

----- Informou ainda que está a ser elaborado o Plano Estratégico de Turismo que estará finalizado ainda durante o mês de junho.-----

----- Sobre o muro de S Sebastião informou que o processo está em Tribunal.-----

----- Seguidamente informou que com o PEDU e o Plano de Mobilidade a zona junto do restaurante “Castiço” será requalificada.-----

----- Para terminar informou ainda que a apresentação pública do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano será no próximo dia dois de maio às dezoito e trinta no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se á apresentação pública dos projectos que estão a decorrer, todos eles no âmbito do PEDU, nomeadamente Zona Ribeirinha, Vila Romana, Praça do Comércio e Praça da República, referindo que a primeira data foi alterada porque foi necessário proceder a pequenos ajustes no documento a apresentar. Considerou que estes projetos irão marcar positivamente a cidade de Rio Maior em termos de intervenções a realizar.-----

----- Referiu aceitar a sugestão dada pelos Vereadores Daniel Pinto e Carlos Nazaré para a elaboração de um documento sobre os impactos sociais, culturais e económicos da Escola Superior de Desporto no Concelho de Rio Maior, dado tratar-se de um trabalho que deve ser elaborado, mas na questão que aponta de haver novos cursos trata-se de uma situação que depende do Ministério do Ensino Superior.-----

Quanto à Residência de Estudantes informou que essa matéria estava contemplada na 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2017, nomeadamente com a designação de “Adaptação de Edifício para Residência de Estudantes” e ainda “Execução de obras e aquisição de equipamentos” com rubrica aberta tendo em consideração que ainda não há orçamento previsível para esse encargo. Disse também que a Câmara Municipal no dia do aniversário da Escola Superior assumira o compromisso de encontrar soluções pontuais para minimizar o problema existente em cada início de ano letivo quanto ao alojamento local para alunos bolseiros da Escola Superior de Desporto. Recordou que a Câmara não tem competências na área do Ensino Superior, mas tem na área social o que se enquadra neste âmbito. Quanto ao facto da Residência ter sido objeto de uma Recomendação ao Ministro do Ensino Superior, informou que já solicitara ao Diretor da Escola para contactar o Gabinete do Senhor Ministro para abordar este assunto e para saber qual o ponto da situação.-----

----- Relativamente às Salinas opinou que, tendo o Executivo conhecimento da existência de um problema naquele local quer quanto ao Parque de Estacionamento, quer quanto aos sanitários e para que se possa receber condignamente quem visita aquele espaço dado as inúmeras atividades lá desenvolvidas, lhe compete resolver e tentar minorar o problema, independentemente de tudo o que está previsto com a

elaboração do Plano de Pormenor. Informou ainda que pensam apresentar o mesmo na Assembleia Municipal a realizar no mês de junho, mas não deve ser esquecido que não depende só da autarquia e também não vai de imediato resolver todas as questões, recordando também que, no período da safra do sal, não pode haver movimentação de terras, portanto tudo situações a ter em conta. -----

----- Disse ainda que os Senhores Vereadores podem sempre solicitar informação no seu Gabinete de Apoio, assim com tem todo o gosto em os receber e prestar-lhes toda a informação das atividades do Executivo. Salientou que as questões referidas são uma tentativa de minimizar os problemas ali existentes e não lhe parecia um problema o facto de só terem tido conhecimento pela Comunicação Social.-----

----- Sobre o “Portugal 2020” referiu que tivera o privilégio de abrir a sessão e também de a divulgar e o Nersant que é a Associação que na região trabalha na área da internacionalização das empresas apresentou as medidas de incentivo ao empreendedorismo e ao emprego, apresentou o programa formação/acção para pequenas e médias empresas, também apresentou o programa “Melhor Turismo, Formação/Ação” no qual participaram empresários da área da restauração. Referiu ainda que o Centro de Negócios está sempre a lançar atividades e a acompanhar todos os que pretendem criar o seu posto de trabalho, ajudando na preparação das candidaturas, bem como dá apoio a todas as empresas que se queiram instalar e também às que já estão instaladas e de acordo com as parcerias existentes, no que respeita aos privadas.-----

----- Ainda no âmbito do “Portugal 2020” informou que a requalificação da Escola de Asseiceira está contemplada. Também apresentaram candidatura na área da Educação para a Promoção do Sucesso Escolar, sendo neste caso concreto o único município que avançou com esta candidatura dado todo o trabalho que está a ser desenvolvido com os Agrupamentos de Escolas. Também no âmbito do PEDU existe a questão do Património, que está na fase de aquisição dos terrenos. Informou também que foi indicada a requalificação da moagem “Maria Celeste”. Também na área da mobilidade vão lançar o concurso para o estacionamento junto do Centro Escolar nº 2. Também relativamente à Eficiência Energética ainda não lançaram o concurso, por ordem da ANMP, pois quando esta questão foi negociada com a Comunidade Europeia esta matéria não estava previsto ser financiada. Na área social apresentaram candidatura em parceria com o Ninho CLDS 3G, tendo em vista o apoio as situações de desemprego. -----

----- Aditou que vão também lançar o concurso para a requalificação de um espaço de apoio ao Centro Escolar nº 1, com um espaço coberto para as crianças, mas com

fundos próprios da autarquia. Também vai avançar a requalificação da escola Marinhas do Sal, via Orçamento de Estado, para posterior cedência ao município.-----

----- Terminou a intervenção referindo que os Senhores Presidente de Junta também vão participar na avaliação das Tasquinhas 2017.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou que lhe fosse dada informação por escrito relativamente à rua Nova do Gato Preto e sobre quem lá colocou o sinal.-----

----- Registou a resposta da Senhora Presidente sobre a questão da informação e opinou que esta deve ser disponibilizada aos Vereadores que não estão a tempo inteiro, mesmo sem ser solicitada.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 23/2017 – LOTE 1 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA EMPREITADA “PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO” - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 23/2017, exarado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara no dia 18 de abril corrente, ao abrigo do despacho n.º 53/2013, de 19 de outubro, conjugado com o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a prorrogação do prazo para apresentação dos documentos de habilitação, da empreitada em apreço, pelo período de 2 dias, contados da presente notificação ao adjudicatário. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Ausentou-se da reunião o Vereador João António Lopes Cadoso, por estar impedido de participar na votação.-----

----- **PONTO II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 - ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face dos documentos em apreço e de acordo com o artigo 32º dos Estatutos da Sociedade, aprovar os Instrumentos de prestação de Contas 2016 da Escola Profissional de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dar uma nota de excelência ao Plano Pedagógico e ao Plano de Projeto da Escola Profissional, salientando o excelente trabalho do ponto de vista da viabilidade financeira. Seguidamente questionando se existem contratos a termo certo e, em caso afirmativo, quantos.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por felicitar toda a equipa de gestão da Escola Profissional de Rio Maior que faz um trabalho magnífico de valorização do município e da região. Referiu também que toda a iniciativa pedagógica desenvolvida vai ao encontro das tendências de modernidade deste ensino que é um ensino próximo da realidade do mercado de trabalho e próximo da dinâmica de trabalho ao nível da atualidade. Disse ainda que os Países que todos consideram desenvolvidos, tem esta metodologia de trabalho ao nível do ensino e considerou que a Escola Profissional que em boa hora foi criada em Rio Maior e que serve também outras regiões, faz este trabalho com uma qualidade excelente, com trabalho ao nível da internacionalização, pelo que dava os parabéns a todos.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou a Escola Profissional de Rio Maior pela apresentação das Contas de uma forma clara, transparente e compreensível para todos e também pelos resultados obtidos felicitando a Gerência, o seu Diretor, os funcionários e os alunos porque toda a equipa continua a prestigiar o nome da Escola Profissional.-----

----- Terminou referindo que, dado verificar-se no documento em causa o abandono/desistência de alguns cursos e quando isso acontece, independentemente de falhar a formação do aluno porque abandonou o processo, surgem também as consequências financeiras que ali estão devidamente espelhadas, solicitava que toda a equipa continue a trabalhar e que não desistam dos alunos porque o abandono é sempre um problema e que usem de todo o engenho e arte no sentido de minimizar os impactos e as consequências que estão espelhadas no documento em apreciação.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro da Escola Profissional de Rio Maior.-----

----- **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR – JOÃO JOSÉ BENTES DA SILVA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por agradecer as palavras proferidas e de seguida prestou todos os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Vereadores.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para deixar uma palavra de reconhecimento em nome do Executivo a

toda equipa da Escola Profissional de Rio Maior pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano de dois mil e dezasseis. Desejou a continuação de bom trabalho em prol da comunidade riomaiorense e da região, dado estar ao serviço da formação dos jovens alunos. Também uma palavra de reconhecimento ao Vereador Lopes Candoso que preside ao conselho de Gerência.-----

----- As palavras da Senhora Presidente foram subscritas por todos os Vereadores presentes.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO III – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 – DESMOR, EM SA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face dos documentos em apreço e de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 24º dos Estatutos da Desmor conjugado com o artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da empresa seja favorável à aprovação do Relatório e Contas do ano de 2016.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que a Desmor é atualmente uma empresa municipal que tem uma prática que apraz registar e referiu que, apesar das formalidades exigidas estas são muito importantes para garantir a transparência e o rigor. Questionou, relativamente ao ano de dois mil e dezasseis, que valores estavam em causa quanto ao contrato do Dr. Sérgio Santos. Como o contrato terminava depois dos Jogos Olímpicos, questionou se tinha sido prolongado até final do ano.-----

----- Disse ainda que o relatório era notável e referiu que tinha todo o gosto de visitar a Desmor e sempre que lhe é solicitado faz questão de mostrar tudo o que ali está, referindo que, provavelmente, cerca de 90% dos riomaiorenses não conhecem aquele complexo desportivo, sugerindo que fosse incluído nos roteiros da Páscoa e não só, a visita a esta empresa e ao Centro de Estágios, porque era motivador do ponto de vista da prática desportiva tendo em conta a saúde, mas salientava que, se a Escola Superior de Desporto é importante, também a Desmor e as suas valências o são para o futuro, sendo da maior importância adequar a mesma às necessidades do mercado, o que, na sua opinião é um elemento estruturante para o aumento da atratividade e número de visitas para que num futuro que espera próximo, haja a alteração da gestão de compras e da economia local do sector primário, pois quem fornece um número tão grande de refeições, tem de ser um fator determinante para o concelho de Rio Maior do ponto de vista das microempresas.-----

----- Registou a mudança radical da Desmor com a passagem a vínculo definitivo, ou seja a Desmor é um instrumento de ação para um novo desenvolvimento, com visão e com futuro para o concelho de Rio Maior.-----

----- Terminou a intervenção referindo que tinha uma preocupação relativa à alteração do Ciclo Olímpico questionando que perspectivas estavam a ser estudadas.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que ficavam todos muito orgulhosos com o trabalho e o esforço de planeamento desenvolvido pela Desmor, pois considera o Parque Desportivo e o Centro de Estágios a “menina dos olhos de todos” dado a aposta estratégica no desporto, desenvolvida em Rio Maior. Referiu que o concelho é identificado por esse mundo fora como o território da prática desportiva e a Desmor a entidade que protagoniza e lidera os oitenta e dois colaboradores que estão ao serviço da mesma e que conseguem atingir o tangível e o intangível no que respeita ao desporto, daí a importância de uma gestão equitativa e emocional da equipa da Desmor ao nível da gestão de recursos humanos. Aditou que lhe tem chegado informação de que poderá haver algum “mau estar” a este nível, ou seja haver uma equipa com alguma desproporção relativamente ao que são os requisitos de habilitações académicas de algumas pessoas que estão na empresa já há alguns anos e que não estão devidamente inseridos em carreiras de acordo com as suas habilitações académicas, assim como quanto à sua retribuição, sugerindo que haja sempre a preocupação de gerir a equipa no intuito da valorização dos recursos humanos de uma forma mais equilibrada e equitativa.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu que para além das Salinas, o Parque Desportivo e a Desmor, são provavelmente a principal força turística do concelho de Rio Maior, nomeadamente com os atletas de alta competição que ficam na cidade o que se coaduna com a perspectiva que deve ser intensificada de desenvolvimento do Turismo Desportivo. Salientou o bom trabalho feito, mas que ainda pode ser melhorado, com a valorização do intangível, ou seja aproveitar um espaço de valorização da marca do desporto em Rio Maior, aproveitar a mediatização que o desporto proporciona, nomeadamente com a televisão e a publicidade, para valorizar esta aposta e terá de haver “o engenho e a arte” para procurar esses eixos de valorização do simbólico, o que ainda não aconteceu em Rio Maior, e que pode ser bem aproveitado porque em Portugal ainda não existe.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para se reportar à questão da gestão dos Recursos Humanos, salientando que a valorização e reconhecimentos dos mesmos é de extrema importância porque estes são o melhor ativo das organizações e das empresas. No

entanto não se devem confundir questões, referindo que não basta ter uma licenciatura para se achar que se tem de ser reconhecido ou que se tem de assumir outras funções, pois é essencial “vestir a camisola” e trabalhar, sendo também preciso ser reconhecido por quem gere e tem responsabilidades nessa área.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por felicitar o Conselho de Administração, Diretores e funcionários, pois a Desmor conseguiu neste ano uma redução do peso do Contrato Programa que representa 28,3% das receitas, muito abaixo dos 50% que a Lei determina. Também os indicadores de eficiência e eficácia estão devidamente preenchidos, demonstrando de uma forma clara que a Desmor cumpriu os objetivos que o acionista Câmara Municipal lhe tinha delegado.-----

----- Disse ainda que concorda com a Senhora Presidente, mas referiu que quando se “veste a camisola”, também se deve perceber que outros ganham o dobro ou o triplo e parecem ter um estatuto especial, sendo difícil “vestir a camisola” quando há injustiças, contudo o Conselho de Administração continua a merecer a sua aprovação, mas convém não descorar estas situações.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a intervir para dizer que a Desmor não representa só desporto, pois quem olha para este relatório percebe a importância que assumiu nos últimos anos, não só o Pavilhão Multiusos com a sua nova e variada funcionalidade, até do ponto de vista das iniciativas, mas o Centro de Negócios e Inovação que parece escondido e autónomo, e que não o é. Frisou que quando se fala da Desmor, se tem de acrescentar esta inovação e que tem um significado não só no número de trabalhadores, mas também ao nível de projetos e realizações concelhias, nacionais e internacionais. Disse ainda que deve ser dado a conhecer aos riomaiorenses todo o trabalho desenvolvido, pois representa “dinheiro dos seus impostos”, e opinou que deve ser valorizado a cada vez menor dependência da autarquia.-----

----- Terminou a intervenção referindo que para bem de todos, inclusive dos que geram a Desmor e a Câmara Municipal que sejam claras as questões da água e da luz porque isso contribuiu para adequar as políticas ao problema concreto e também para que não se verifique como ainda acontece, a tentativa de denegrir a imagem da Desmor.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para felicitar o Conselho de Gerência, Administração e todos aqueles que trabalham na Desmor e também na Escola Profissional de Rio Maior. Estão todos de parabéns pelo trabalho desenvolvido.-----

----- Continuou a intervenção referindo que houve muitas vozes contra quando a

gestão da Desmor foi “profissionalizada”, mas felizmente “os velhos do Restelo” enganaram-se e o trabalho desenvolvido pelo Dr. Carlos Coutinho e continuado pela Dra. Diva Cobra, consolidou a empresa a nível nacional e internacional, o que está diretamente relacionado com todo o esforço e empenho de todos aqueles que lá trabalham.-----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto quanto à questão de Recursos Humanos, recordou uma Assembleia Municipal em que uma funcionária se insurgiu sobre classificações em falta e outras situações, referindo que a pessoa em causa tem a categoria de Assistente Técnico e sobre o local de trabalho a Lei é omissa.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Voltou a usar da palavra para dizer que que não tinha feito qualquer ataque sobre a gestão profissionalizada da Desmor e a posição que tomara no primeiro ano em que a questão lhe fora apresentada, fora dar o benefício da dúvida e coerentemente, assim que os resultados apareceram e os objetivos foram conseguidos felicitara o Dr. Carlos Coutinho, como agora felicita a Dra. Diva.-----

----- Aditou que, na sua opinião, pelo facto de a gestão ter sido “profissionalizada”, ninguém se deve acomodar e também não significa que esteja tudo bem, pois tem de continuar a haver objetivos e a lutar para que tudo se cumpra da melhor forma, dado trata-se de dinheiros públicos.-----

----- Terminou a intervenção referindo que a regularização do património da Escola Profissional que está em vias de ser conseguido é um facto importante e que mostra a vontade de resolver problemas que vêm do passado e a questão da água e da luz também deve ter essa leitura no âmbito da Desmor.-----

----- **A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DIVA FABIANA CONSTANTINO COBRA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Agradeceu as palavras proferidas pela Senhora Presidente e pelos Senhores Vereadores e de seguida prestou os esclarecimentos solicitados, pormenorizadamente, informando nomeadamente, que o contrato do Diretor Técnico termina em Agosto/Setembro de dois mil e dezoito, sendo que esta contratação significou uma visão estratégica para a projeção da empresa. Sobre o seu custo direto referiu não dispor desses dados porque a contabilidade é um todo e tem outros técnicos associados, como o médico, psicólogos, nutricionistas, entre outros, daí não constarem separadamente no relatório apresentado, no entanto eles estão devidamente contabilizados na Desmor. Frisou que os centros de custos são um todo e tudo contribuiu para o resultado final da empresa. Disse que recebem visitas diariamente e informou da existência de um “Plano de Visita” na Desmor, sendo dados

que no futuro poderão sr disponibilizados porque são importantes. -----

----- Referiu também que a partir do resultado conseguido pela Inês Henriques, diariamente estão na Desmor todos os jornais e televisões a fazerem reportagem e, portanto, também em Rio Maior. -----

----- Sobre a alteração do Ciclo Olímpico informou que a empresa está a trabalhar esta matéria que será apresentada com o Orçamento para dois mil e dezoito, onde serão clarificadas as opções estratégicas da empresa para o próximo ciclo.-----

----- Também informou que na presente data o número de dormidas aumentou significativamente em relação a igual período do ano anterior, pois já contabilizaram dezassete mil dormidas. O mês de abril tem sempre muita procura e as pessoas já perceberam que devem fazer as reservas com um ano de antecedência. Referiu que a aposta estratégica é de fazer parcerias nacionais com as principais empresas e instituições de ensino superior, Comité Olímpico e também internacionais. Também vão apostar na qualificação interna da empresa, na certificação da qualidade e na qualificação dos recursos humanos para serem um referencial de excelência tanto nacional como internacionalmente.-----

----- Relativamente à questão da injustiça nos recursos humanos referiu a existência de limitações nesta área quanto à reposição dos salários e de aumentos remuneratórios e a Desmor não pode fazer nada que não se enquadre na legislação em vigor, no entanto estão a elaborar o regulamento interno dos serviços. Quanto à avaliação de desempenho, embora não a seja a solução para todos os problemas mas conjuntamente com o regulamento vão ajudar a perceber se, realmente há injustiças e se as pessoas estão a cumprir com as suas competências e obrigações.-----

----- Terminou a intervenção referindo o que para a Desmor é uma questão de muito orgulho, ou seja o valor do investimento feito pela empresa, com receitas próprias, a Piscina Descoberta, uma mais-valia para o Complexo Desportivo e para os riomaiorenses, ressaltando o grande número de utilizações da mesma. Salientou ainda que o resultado final da Desmor reflete o trabalho de equipa de todos os trabalhadores, sem exceção, e, provavelmente, se a equipa estivesse desmotivada estes não seriam os resultados finais.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Agradeceu à Dra. Diva os esclarecimentos prestados e referiu comungar da sua visão sobre as dificuldades existentes no enquadramento dos funcionários públicos e da falta de condições para premiar o mérito, no entanto não partilhava da opinião que refere de não apresentar os custos técnicos, pois há formas de resolver para que os dados sejam completamente transparentes, salientando que, quando não se responde de forma clara a essas situações, toda a especulação é legítima e poderá criar

desmotivação porque nem tudo o que se diz é verdade.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deixou o reconhecimento ao Conselho de Administração e a todos os que trabalham na Desmor pelo desempenho da empresa ao longo do ano de dois mil e dezasseis e desejou que daqui a um ano possam apresentar a Prestação de Contas de dois mil e dezassete com o mesmo sucesso.-----

----- As palavras da Senhora Presidente foram subscritas por todos os Vereadores presentes.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- O Vereador João António Lopes Candoso voltou à reunião. -----

----- **PONTO IV – REFEIÇÃO DE ADULTOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face dos pareceres e informações emitidas e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea u) e da alínea e) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12/9 na sua redação atual, aprovar a aplicação do preço de €2,50 (dois euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído, por refeição para adulto nos refeitórios escolares. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria referiu que a proposta apresentada visa a resolução de uma lacuna existente, dado que o preço a cobrar nas refeições de adultos não fora ainda fixado e quem usufruía deste serviço pagava a refeição à empresa prestadora do serviço de refeições. Aditou que, com esta tomada de posição, o município passa a controlar o número de refeições fornecidas a adultos e crianças passando também a receber o pagamento das refeições de adultos. Disse tratar-se de mais uma forma encontrada para melhorar o controlo das quantidades disponíveis para os alunos, aditando que até ao momento, provavelmente, as refeições de adultos fornecidos nas escolas eram subtraídas ao total de refeições previstas a servir aos alunos. Assim, foi dado mais um passo para que num futuro próximo o município, em conjunto com as Direções dos Agrupamentos, possam definir normas que permitam aos encarregados de educação, também eles, usufruírem deste serviço por forma a melhor acompanharem os seus educandos.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- No uso da palavra referiu que esta proposta era uma tentativa de as pessoas pagarem no local certo e disse que os adultos podem ser, além de pais, também auxiliares. Também os professores ficam a ganhar com esta proposta, questionando se, eventualmente, esta situação poderia ser considerada concorrência desleal para

com os restaurantes. Aditou que, ao não se pagar diretamente à empresa, deixa de haver a dúvida se a Câmara voltava a pagar essas mesmas refeições, sendo que esta situação serve para colmatar uma preocupação de âmbito alimentar, mas serve também para ver a qualidade da própria refeição, “in loco”. Saliou que via esta medida como algo que pode contribuir para evitar várias fugas, mas principalmente para permitir elevar a qualidade da prestação de serviços da empresa, porque a CDU não defende este modelo de gestão, mas é uma maneira de se conseguir que não haja desvios financeiros, colocar a empresa a prestar os serviços que lhe são recomendados e os pais poderem participar, evitando assim comentários pouco ajustados.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que esta medida não colide, nem entra na concorrência desleal para com os restaurantes da cidade, até porque existem professores e funcionários que diariamente almoçam nas escolas. Disse que até ao momento o pagamento tem sido feito diretamente à empresa, com o valor estipulado pela mesma e agora, como já constava do Caderno de Encargos, e feita toda a tramitação legal, a Câmara pode também fazer esse controle e a receita reverte para a Câmara.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou a Câmara e a Vereadora Ana Figueiredo pela proposta apresentada porque corrige uma injustiça, pois os funcionários das escolas pagavam uma refeição por um preço que não correspondia ao que lhe era fornecido, considerando que pagavam o correspondente ao subsídio de refeição que é muito superior ao preço que consta no contrato estabelecido com as empresas nos serviços das refeições, o que provocava uma revolta entre os funcionários e que os afastava dos refeitórios escolares.-----

----- Referiu também que a presença de adultos nos refeitórios, sejam os professores ou os pais dos alunos, potencia o controle e a qualidade do serviço prestado, pois trata-se de utilizadores qualificados, que sabem o que está a ser servido e que sabem como devem intervir, contrariamente às crianças, que aceitam o que lhes é apresentado. Aditou que sempre defendeu que tudo o que facilite a presença dos pais nos refeitórios é sinónimo de qualidade, acompanhamento e educação, esperando que esta iniciativa seja implementada tão rápido quanto possível.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO V – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da

informação e parecer/certidão emitidos, aprovar a proposta de Orçamento Participativo Jovem para 2018. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por questionar qual a razão dos quatro mil e quinhentos euros do ano anterior não terem sido utilizados. Congratulou-se com a iniciativa de desenvolver os Orçamentos Participativos considerando que é sempre bom ouvir as pessoas relativamente às suas ideias de projetos de investimento, embora considere que o valor que está em causa seja pequeno face ao orçamento global do município, e uma vez que este é o único existente opinou que existe espaço para melhorar, devendo ser alargado, porque de acordo com as boas práticas de gestão orçamental ao nível da participação, Rio Maior não está bem posicionado face ao que são as boas práticas nesta área, a nível nacional.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que iria votar favoravelmente, contudo considerou que o Orçamento Participativo era uma moda e nessa perspetiva deve ter como objetivo fundamental não apenas realizar as obras pretendidas pelos jovens, mas deve também fazer uma relação de pertença à democracia e à participação cívica e democrática que é o elemento que vai distinguir o que é realmente diferente e o desenvolvimento das pessoas. Opinou que este Orçamento Participativo foi uma opção da maioria deste executivo, ou seja, começou pelos jovens, e ele próprio estava a beneficiar com o mesmo porque anda a aprender mandarim, mas tem de se perceber se isto não é apenas uma atitude de sinalização do Orçamento Participativo, ou se tem uma coerência de um projeto com visão e com destino, pois há municípios com orçamentos que são verdadeiros motores da participação cívica e democrática.---

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Começou por recordar ao Vereador Daniel Pinto que o Regulamento aprovado pela Câmara foi para a Juventude, sendo que a maior parte das Câmaras Municipais começaram por outras áreas como a Saúde e Ação Social, daí que considerarem que até poderia funcionar como uma experiência piloto. Recordou os vários trâmites do processo referindo que só no final deste ano haverá a primeira experiência de execução do Orçamento Participativo e só depois de verificar os resultados do mesmo se poderá alargar a outras áreas, com a elaboração de novos regulamentos ou um mais abrangente.-----

----- Disse ainda que os jovens podiam apresentar propostas de projetos até ao limite de sete mil e quinhentos euros, contudo o orçamento para o projeto aprovado foi apenas no valor de três mil euros. Referiu também que os jovens consideram

adequado o valor apresentado, no entanto o Regulamento poderá sempre ser alterado para incluir outras áreas.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Intervieio para recordar que quando Orçamento Participativo Jovem fora aprovado foi salientado que seria o início de um projeto de participação cívica e democrática da comunidade e que poderia avançar para outras áreas.-----

----- Quanto ao valor em causa referiu que quem estiver no Executivo no futuro, terá condições para alocar um outro valor do Orçamento municipal para a decisão da comunidade que quiser participar no Orçamento Participativo tendo em vista auxiliar o executivo municipal em termos de intervenções de interesse ou que considerassem relevantes na comunidade. Disse que atualmente havia condições para isso, o que não acontecia anteriormente quando toda a receita do município já estava consignada à despesa e aos encargos existentes, o que agora não se verifica. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI – CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA NA RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO – S. SEBASTIÃO – FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO EM NOME DE ANTÓNIO JOSÉ CARVALHO SANTOS – PROCESSO Nº17/2017;** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer emitido, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII – CERTIFICAR DIREITO DE PREFERÊNCIA EM MARINHAS DO SAL-FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE PAULO CÉSAR & GRAÇA LOPES-SOCIEDADE DE SOLICITADORES, R.L.-PROCESSO Nº61/2017;** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, certificar que para o prédio urbano, sito em Marinhas do Sal, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 9201, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Disse que se iria abster neste ponto e considerou que fazia sentido a Câmara

Municipal, no presente e no futuro, refletir sobre a propriedade pública das Marinhas do Sal que na sua maioria é propriedade privada, num recurso que é de interesse público. Opinou que fazia sentido a Câmara assumir outro tipo de protagonismo ao nível da propriedade nas Marinhas do Sal, dado que é de interesse municipal. Referiu ainda que o que acabara de dizer vai no sentido das afirmações feitas pela Senhora Presidente de que, por vezes, a Câmara Municipal não consegue tomar algumas medidas porque não é proprietária dos terrenos e tem de fazer acordos de cedência. Opinou que a Câmara sobre esta matéria deve assumir um outro protagonismo.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Também questionou sobre a proposta apresentada.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que a Câmara Municipal tem de se pronunciar sobre este processo dado que as Salinas são um património classificado e de interesse publico, ou seja parte-se do principio que quando a proposta é apresentada o processo já está devidamente fundamentado e negociado entre os privados envolvidos e não lhe parecia correto a Câmara interferir num negócio entre privados, até porque, a Câmara teria de o fazer pelo mesmo valor que o comprador está a oferecer ao vendedor e também porque teria de se arranjar uma rúbrica que contemplasse esta matéria, pois uma coisa é a Câmara adquirir diretamente a privados, algo diferente é a Câmara estar a interferir num negócio entre privados, o que não lhe parecia ser a melhor opção, daí não entender que o sentido de voto seja a abstenção.-----

----- Aditou que a Câmara intervém naquilo que é relevante para a comunidade como a aquisição da moagem “Maria Celeste”, edifícios na Zona Ribeirinha e um conjunto de outras regularizações de património necessário para a conclusão daqueles projetos.---

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- **PONTO VIII – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM QUINTA DA SENHORA DA LUZ-FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE TÂNIA LUÍSA MARTINS ALVES-PROCESSO Nº62/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitido, certificar que a estrada que divide os prédios rústicos inscritos na matriz sob os artigos 19 e 20, ambos da secção AB4, sítios em Senhora da Luz, Freguesia e Concelho de Rio Maior, tem como topónimo atribuído Estrada do Quintão, é do conhecimento e domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM VALE FEIJÃO-RIBEIRA DE S. JOÃO-UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO EM NOME DE MARIA MANUELA DA PIEDADE REGUEIRA, CABEÇA DE CASAL NA HERANÇA DE LUÍS FILIPE PAIXÃO DA SILVA-PROCESSO Nº68/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitido, certificar que a estrada que divide o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 15 da secção AF, sito em Vale Feijão, União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, Concelho de Rio Maior, tem como topónimo atribuído Rua Ribeira D' Além, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63 da Lei 2110/61 de 19 de agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL – GABINETE PSICOSSOCIAL – AUTORIZAÇÃO DA DESPESA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, autorizar a renovação do protocolo e respetiva transferência financeira devidamente cabimentada, no valor de 77 euros por mês, e assim, autorizar a despesa no valor de total de 924,00€ (616,00€ reportados a 8 meses do ano 2017 e 308,00€ a 4 meses do ano 2018) para a Associação Alzheimer Portugal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para se congratular com a renovação do protocolo e referiu que este tipo de protocolo deveria proliferar para as doenças raras que surgem a cada dia, pois quem tem a infelicidade de ter uma doença rara tem neste tipo de protocolo algum apoio de que necessita e deve também dar testemunho da situação. Referiu que a questão da prevenção é também um bem público e congratulou-se que o município se disponibilize a protagonizar uma atitude preventiva e de conhecimento, nesta área.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI - 2ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Modificação Orçamental – 2ª Revisão ao

Orçamento (Receita e Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos) 2017, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013. -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para solicitar esclarecimentos sobre o reforço do pacote dos transportes e comunicações e no âmbito da rede viária questionou se a Estrada do Laroujo/ Casais da Atágueda está contemplada, bem como a requalificação da ex-EN 1 em Asseiceira. Questionou também se a beneficiação da Escola Básica das Marinhas do Sal, algo da maior importância e que vai permitir ficar com um Parque escolar mais rico. Questionou o ponto da situação da aquisição dos terrenos da Zona Ribeirinha e a requalificação do troço da A15/Zona Industrial. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a Escola Superior de Desporto questionou o Vereador Augusto Figueiredo, se este considerava que, enquanto Presidente da Câmara, avançaria com este alojamento para alunos bolseiros, se tivesse o sentimento que o mesmo poderia inviabilizar a construção da residência. Frisou que o que a Câmara está a fazer é cumprir com o compromisso assumido com o Instituto Politécnico e com a Escola Superior de Desporto no dia cinco de dezembro de dois mil e dezasseis, ou seja encontrar localmente resposta para as dificuldades que têm os duzentos alunos bolseiros da Escola Superior de Desporto, dado esta limitação e ainda no intuito de ajudar a atingir o objetivo que a Escola tem de aumentar o número de alunos. Informou que a Câmara pretende avançar com uma residência para vinte e seis alunos, no máximo, composta por treze quartos duplos e quem quiser utilizar esta boa vontade da Câmara, reconhecida pelo Senhor Ministro, pelo Instituto Politécnico e por todas as entidades com quem estão a trabalhar na solução deste problema, só por má fé é que alguém poderá pensar que a residência para vinte e seis alunos poderá inviabilizar a construção da residência para cem alunos, como se não houvesse necessidade da mesma.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

-----Opinou que a Câmara vai fazer um centro de realojamento e não uma residência de estudantes e poder-se-á chamar centro de alojamento para jovens situação que na sua opinião deve avançar rapidamente porque os estudantes necessitam de alojamento, mas também considera que vai levar o seu tempo, apesar da necessidade, porque o País tem as dificuldades que todos sabem e o Ensino Superior tem prioridades de investimento. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Referiu entender bem a confrontação de ideias que está a acontecer e que lhe

parecia de extrema importância, mas também considerava de extrema importância, perceber, se era intenção da Câmara prosseguir com a construção de alojamento para trinta, cinquenta ou mesmo cem alunos, o que, na sua opinião poderá inviabilizar a ideia e a reivindicação de construção dessa residência de estudantes porque já ouvira da parte quer da Senhora Presidente, quer do Vice-Presidente a intenção de haver vários polos na zona velha da cidade, o que poderá inviabilizar a capacidade negocial e reivindicativa de construção de um edifício de raiz para os estudantes.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Considerou que só de má-fé é que se pode pensar que o que a Câmara pretende fazer possa inviabilizar alguma coisa, mas, se dúvidas houver, o Prof Dr. João Motão poderá esclarecer porque tem acompanhado as reuniões com o Ministério e com todos os responsáveis. Disse ainda que também está nas mãos da CDU aprovar o orçamento de Estado para dois mil e dezoito e se este não contemplar a residências de estudantes para Rio Maior, também é da sua responsabilidade. Aditou que a CDU faz o seu papel em teoria enquanto a Presidente da Câmara faz o seu papel na prática.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para dizer que quando for a votação do Orçamento se esta questão não ficar contemplada aí verificar-se-á se o interesse da CDU é resolver esta questão ou fazer política.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que a CDU trata da questão da residência de estudantes como trata outros problemas do País e entenderam que este fora o momento certo, esperando que o empenho sincero da Câmara para fazer a adaptação do edifício para residência não sirva de argumento ao Governo e ao Ministério da Ciência e da Investigação para não fazer a residência estudantil. Disse também que todos fazem política e “a música celestial da política” para si não bastava. Aditou que a CDU entende que denominar a adaptação de edifícios como residência de estudantes não é um elemento facilitador, sugerindo que, caso o processo do alojamento local avance, ele deverá ser designado como “Hostel”, “Motel” “ ou “Alojamento para Jovens” e que seja um alojamento que contemple apenas vinte e três lugares e não cinco espaços com este número porque esse é o objetivo estratégico. Referiu que apenas estava a dizer com lealdade o que a CDU pretendia, ou seja pegar num processo que estava parado há cerca de dezanove anos e avançar, o que não é muito bem tolerado. Aditou que, quer como Vereador, quer em qualquer outro local, vai sempre lutar para que Rio Maior tenha aquilo a que tem direito, nomeadamente a residência para estudantes.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para dizer que a CDU tem muitas bandeiras e poucas provavelmente terão o voto favorável da Assembleia da República como a Recomendação sobre esta matéria, daí que o executivo vai estar atento e verificar se mantém a mesma posição na votação.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- No uso da palavra referiu que na sua opinião, na política tudo tem limite e enquanto cidadão e eleito local não podia esquecer a falta de lealdade para com a maioria da Câmara quando foi o “passeio” à Assembleia da República, pois se aquela tivesse existido a Senhora Presidente teria sido convidada para integrar a “caravana”, opinando que foi uma falta de honestidade, lealdade e transparência.-----

----- Sobre a requalificação de estradas no concelho informou que vão ser intervencionadas cerca de cinquenta e oito estradas, e referiu que a Estrada do Laroujo estava contemplada no projeto de requalificação.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Voltou a intervir para dizer que as recomendações não precisam de verbas para serem aprovadas, contrariamente à execução das respetivas obras. Sobre a estratégia que a Câmara eventualmente tenha de reabilitar a zona antiga da cidade com centros de alojamento, isso representa, atrair pessoas para a cidade, recordando que Rio Maior tem uma empresa ligada ao desporto, a Desmor, que faz a gestão do Centro de Estágios, assim como poderá fazer a gestão de outros espaços. Referiu que, caso a Câmara tenha oportunidade de reabilitar zonas antigas isso permitirá que mais pessoas vão viver para a zona, o que considera ser uma oportunidade a não perder. Referiu ainda, não acreditar que a curto prazo, a Administração Central esteja disponível, a não ser que a Câmara queira avançar, como fez com a Escola Superior de Desporto, porque não fosse o milhão de euros e a coragem da Câmara para assumir o compromisso esta provavelmente não teria avançado.-----

----- Sobre a Residência de Estudantes também é um assunto que tem de ser discutido conjuntamente, pois quando se avançou para a negociação de um milhão de euros para a Escola Superior de Desporto houve uma reunião com todos os Vereadores para discutir o assunto e todos concordaram que essa seria a melhor solução.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Ainda sobre este assunto referiu que, caso seja a Administração Central a construir será esse o projeto que irão apoiar, mas se entrar participação do município este tem uma palavra a dizer quanto ao local da construção, mas considerou mais uma vez não ser sério colocar em causa que um pequeno alojamento para vinte e seis alunos da Escola Superior de Desporto, inviabilize a construção da

residência para cem alunos. Disse também que teria oportunidade com os meios próprios e com a divulgação normal e na presença dos responsáveis da Escola Superior de Desporto, do Instituto Politécnico e do Ministério para esclarecer esta situação face à interpretação que se anda a fazer.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- ““Votámos a favor porque é um pacote que significa obra que fica no concelho de Rio Maior, mas gostava que da próxima vez o programa PPI 20172251201722522017253 passasse a designar-se adaptação de edifício para “Alojamento de Estudantes.”-----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Carlos Fernando Frazão Correia e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -

----- 1º- Votámos favoravelmente esta proposta porque este investimento é numa zona a requalificar em Rio Maior extremamente importante; 2º-Também porque há necessidade efetiva de encontrar soluções para os jovens que estudam no concelho de Rio Maior;3º - Votamos favoravelmente porque não acreditamos que a curto prazo a chamada Residência, investimento da Administração Central, avance no Concelho de Rio Maior; 4º- Votamos ainda favoravelmente esta proposta porque este investimento a ser feito ali, independentemente de reabilitar aquela zona, pode servir outros objetivos ligados com alojamento e pode ser um instrumento para a futura gestão da Desmor.”-----

----- **PONTO XII – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar os documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2016, que se encontram elencados no Anexo I da Resolução nº. 4/2001 – 2ª. Secção do Tribunal de Contas e que foram integralmente elaborados e, nos termos, da alínea i) do nº 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- Mais deliberar, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2016 constante do documento em apreço. -----

----- Seguidamente fez a seguinte intervenção: “ Este documento é o balanço do ano de dois mil e dezasseis e o prestar de contas daquilo que foi a atividade do município ao longo do ano transato, de intenso trabalho. Por muitos poderá ser visto como uma

mera obrigação legal decorrente do disposto na Lei 75/2013, mas é um dever perante os munícipes e para com a Assembleia Municipal que os representa para que possam conscientemente avaliar e descortinar o desempenho e as opções de gestão que foram tomadas por quem tem a responsabilidade de gerir os destinos do município, e foi para esse fim que que foram democraticamente eleitos. -----

----- Se no Orçamento de dois mil e dezasseis planeámos a estratégia a seguir neste ano, um momento difícil em que houve uma transição de governos e não se conhecia, sequer, o Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis, a Prestação de Contas que hoje se apresenta mostra que toda a estrutura da autarquia foi capaz de executar com eficácia e eficiência, essas diretrizes, apesar das dificuldades. Para constatar isto basta olhar para alguns rácios e números do Relatório de Gestão, nomeadamente a execução da despesa, cuja taxa de execução é de 86,8%; a taxa de execução da receita foi de 89,29%; a execução das Grandes Opções do Plano foi de 77,52%. Saliou também que a redução do endividamento global foi de quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil, assim como o saldo de gerência foi de quinhentos e oitenta mil euros. Referiu ainda que se poderia ter dado início a um outro conjunto de projetos em dois mil e dezasseis que trariam ainda mais valor a esta Prestação de Contas, nomeadamente se o “Portugal 2020” tivesse sido mais célere na sua implementação, mas a sua atual situação financeira e a do município, permite disponibilizar, para realizar um conjunto elevado de investimentos que estão em andamento e que poderão financiá-los na sua componente nacional, muito provavelmente, apenas com recursos próprios da autarquia.-----

----- Disse ainda que poderia atribuir o mérito deste desempenho apenas ao Executivo Municipal, mas como já referira, as linhas mestras de atuação são por este definidas, mas se não fosse o empenho, a criatividade, a entrega, a capacidade de resolução dos problemas e o espírito de união em torno dos objetivos traçados de todos os colaboradores da autarquia, não teria sido possível atingir estes resultados, por isso merecem o “meu muito obrigado e o meu agradecimento e, certamente, também dos Vereadores que estão no Executivo.-----

----- Terminou deixando uma palavra de apreço aos Vereadores que não tendo responsabilidade efetiva, também, de uma forma ou de outra, e alguns de uma forma muito especial, permitiram ao Executivo, também ao longo deste ano de dois mil e dezasseis, implementar, trabalhar e negociar, num alargado conjunto de áreas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por referir que a proposta que iriam aprovar é o espelho de um programa que veio à discussão e aprovação no ano transato e como foi conseguido.

Sobre os modelos que o Executivo tem, nomeadamente o POCAL, estes permitem, face às cerca de quatrocentas e cinquenta páginas, ver ao pormenor a vida da autarquia, o que na sua opinião é uma riqueza do “25 de Abril”, mesmo que a alguns custe admitir que o mesmo trouxe transparência e, particularmente na última década o Poder Local transformou-se num exemplo, na sua generalidade quase absoluta, de exercício transparente e rigoroso do poder, sendo nessa perspetiva que saudava a apresentação feita. Saudava também os trabalhadores, pois resulta de um trabalho diário de controlo.-----

----- Disse também que iria deixar uma palavra de profundo elogio aos riomaiorenses, pois quem analisa o documento verifica que do ponto de vista da receita e da despesa, o contributo, para além dos impostos que os riomaiorenses deram foi isso que permitiu fazer uma gestão aproximada dos objetivos que estavam determinados, considerando que é o Povo de Rio Maior que está de parabéns e que aguentou tudo, pois o poder é precário e os autarcas são transitórios, estando ali para servir a causa pública, o que é um valor supremo da democracia e de ser autarca, frisando que o seu maior gosto é o de elogiar o Povo Riomaiorense que deu essa demonstração.-----

----- Por último fez uma abordagem política, dado que na sua opinião o documento em apreciação é essencialmente político, e os rácios apresentados são isso mesmo, ou seja o ano passado a perspetiva foi colocada relativamente baixa face ao contexto nacional e internacional e face à ausência de perspetivas do “Portugal 2020”, e a taxa de execução não “envergonha ninguém”, mas tem que se perceber que as taxas concretizam o que foi definido anteriormente, ou seja, o citado contexto feito, foi de contenção face à própria situação e embora seja um aspeto positivo não deve ser valorizado em demasia.-----

----- Outro aspeto que também considerava relevante, nomeadamente a redução da dívida efetiva, o que é um bem para a comunidade riomaiorense e a CDU considera que isso só seria bom se não se devesse nada, mas o montante de doze milhões ainda é grande, considerando que se devia chegar aos oito milhões de euros. Saliu que o esforço que foi feito foi muito grande e isto não é “obra nossa”, mas da legislação, considerando que se deve ter essa noção para não se hipervalorizar algumas medidas, pois “fossemos nós ou outros” o resultado era o mesmo.-----

----- Terminou a intervenção referindo que o orçamento tinha criado condições e não se pode esquecer que se está em plena campanha eleitoral, ou seja, felizmente, que este desafio permitiu, como se viu, colocar em ordem os pagamentos às coletividades e as obras que estão em execução, o que, quer se queira, quer não, gostando ou não, é um trabalho que significa que todos ficam com mais-valia no concelho.-----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Começou por dizer sobre o documento em discussão que este reflete as opções que o executivo fez no âmbito da sua atividade, das suas estratégias de gestão orçamental e de gestão operacional. Trata-se de um documento muito rico, que contém muita informação, o mesmo reflete o trabalho exaustivo dos trabalhadores e felicitou o trabalho que foi desenvolvido, bem como a recolha de informação.-----

----- Assim, considerou que o aspeto administrativo/financeiro e técnico/jurídico estava a ser cumprido, de acordo com o princípio do equilíbrio técnico/financeiro, com a redução do endividamento, aliás o que está no texto introdutório, mas apesar de se tratar de um ganho que o tempo ajuda a concretizar, dado que ao analisar o mapa dos empréstimos percebe-se isso mesmo, ou seja com o passar dos a Câmara vai amortizando os empréstimos que foram contraídos há vinte anos, frisando que a dívida contraída para investimento, para a qualificação e qualidade de vida dos riomaiorenses, havendo o território rural e o território urbano, também devido a esse investimento. Opinou que a dívida é para ser gerida, traduzindo a normalidade da gestão corrente, mas ainda assim congratulava-se com a situação, porque se assim não fosse, a pergunta que se impunha era quando a Câmara Municipal começasse a realizar proveitos como é que estes seriam distribuídos, porque é sempre discutível se uma autarquia deve ou não ter proveitos próprios.-----

----- O documento reflete um conjunto de opções que foram tomadas que não são aquelas que o PS protagonizaria, referindo que se iria abster neste ponto, porque sendo um documento bem apresentado, rico e tecnicamente irrepreensível, e apesar da boa fé e das iniciativas meritórias que ali estão, não reflete no essencial aquilo que seriam as suas apostas e as apostas ao nível dos projetos e do desenvolvimento que pensam para Rio Maior.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Quanto ao documento em análise relevou a clareza, a transparência, a boa execução técnica e o rigor, opinando que o mesmo reflete tudo o que se passou, nomeadamente a execução de políticas apresentadas no Plano e Orçamento apresentado pela atual maioria, contudo nem todo esse plano era subscrito pelos Vereadores do PS, pois haveria situações em que teriam feito de forma diferente. -----

----- Sobre a execução referiu que a mesma reflete uma redução da dívida e do tempo de pagamento aos fornecedores, com alguns ganhos significativos em termos financeiros para o município, e, não tirando o mérito à gestão e à atual maioria e aos Quadros Técnicos da Câmara, é também fruto das circunstâncias, como o controle da Administração Central quanto aos investimentos da autarquia, com um travão rigoroso no endividamento das autarquias, obrigação de cumprimento da Lei dos

Compromissos e outras, sendo circunstâncias que atrofiaram a vida das autarquias destes últimos anos. Aditou que esta situação talvez tivesse sido positiva porque obrigou a resolver a questão da redução da dívida, mas tinha dúvidas se fora bom para os riomaiorenses, pois se o concelho de Rio Maior não tivesse feitos os investimentos que fez, na altura em que os fez, provavelmente os riomaiorenses hoje não teriam a mesma qualidade de vida, com a agravante de que nos últimos anos não os poderiam ter feito dado os constrangimentos verificados. Salientou que os citados investimentos foram feitos em boa altura e em boa altura a autarquia se endividou, pois não se comprovou que a Câmara de Rio Maior era “ingovernável”, como diziam os “profetas da desgraça” e tudo se cumpriu conforme estava previsto.-----

----- Frisou mais uma vez que não estava a tirar o mérito aos resultados e compreende o que é os munícipes quererem mais e não haver capacidade para fazer. Espera que um dia as autarquias fiquem livres das situações que as limitam e possam ser donos do seu destino, pois acredita num Poder Local responsável, que responda civil e criminalmente pelos erros e considera que os Executivos têm legitimidade para tomar as suas opções políticas, pois foi para isso que foram eleitos.-----

----- Terminou a intervenção felicitando o Executivo pela apresentação dos resultados que constam no documento e disse que iriam abster-se na votação porque esta execução corresponde às opções que a maioria legitimamente tomou e a maioria deve lucrar com os ónus e os benefícios dessas opções, considerando ainda que foi a maioria que acompanhou a tempo inteiro a sua execução. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Registou as palavras proferidas pelo Vereador Carlos Nazaré e referiu ser sempre muito gratificante ter o apoio dos Senhores Vereadores.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Começou por dizer que os resultados obtidos e que estão refletidos nas Contas em apreciação partem de um Orçamento de cerca de vinte milhões de euros, um dos orçamentos mais baixos de sempre, da Câmara Municipal de Rio Maior. Disse também que estava em análise as Contas e não o Orçamento, onde constam as opções.-----

----- Considerou histórico o elevado grau de execução e embora existam questões legais que levam a isso, mas não se pode tirar mérito á gestão, frisando mais uma vez ser histórico que Rio Maior, quer em termos de receita, quer de despesa, tenha um dos maiores graus de execução de sempre.-----

----- Salientou ainda a redução da dívida em cerca de quatro milhões e trezentos mil euros, frisando que dois milhões e cem mil euros, foi na dívida a curto prazo, o que permitiu que em trinta e um de dezembro, o prazo médio de pagamento fosse de

quarenta e sete dias e agora ainda seja menor, o que permite que no futuro, incluindo já o ano de dois mil e dezassete, haja margem financeira para fazer obra, permitindo também o equilíbrio das contas da Câmara Municipal e não se estar só dependente daquilo que está consignado anualmente e que depois inviabiliza que se faça qualquer coisa que se pretenda. Disse ainda que esta redução da dívida foi possível mantendo todos os serviços da Câmara Municipal, fazendo obra em várias áreas, ou seja nada parou durante este ano, apesar de só ser possível apresentar candidaturas aos Fundos Comunitários em dois mil e dezassete.-----

----- Terminou a intervenção referindo que atualmente a Câmara Municipal tem capacidade de endividamento, sendo opção do atual executivo não ter recorrido a empréstimos bancários, apesar de ter condições para o fazer caso seja essa a opção do executivo em termos de gestão.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que estava plasmado no documento que o Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dezasseis revelou um grau de execução de 54,18%, questionando qual a razão desta taxa de execução, considerando que provavelmente não se devia apenas à questão dos Fundos Comunitários. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou estava relacionado com o que fora previsto em Orçamento mediante os projetos e intenções do Executivo face à CCDR Alentejo e face ao “Portugal 2020” que então a agora a iniciar. Deu como exemplo a questão da requalificação da escola de Asseiceira, cuja previsão de execução devia ter sido em dois mil e dezasseis o que não aconteceu.-----

----- **CHEFE DA UNIDADE FINANCEIRA E AÇÃO SOCIAL** -----

----- Interveio para dar alguns esclarecimentos técnicos sobre esta matéria.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra considerou um “elemento mau” a contenção dos Fundos Comunitários, o que era uma parte do problema, contudo havia o compromisso da requalificação da escola de Asseiceira em dois mil e dezasseis, o que não se concretizou. Sobre o Relatório disse que era bom, considerando que o Orçamento foi um dos mais baixos em termos de receita, desde a existência do Poder Local democrático. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Salientou ser o melhor de sempre, mas sabia que por vezes os orçamentos tinham de ser elevados e tinham de ser empoladas determinadas rubricas para fazer face á despesa. Referiu também que quando diz que a divida devia baixar para oito

milhões, e considerou que fazer demagogia em volta dos números é arriscado porque eles espelham bem a realidade, recordando que chegaram a ter Orçamentos na ordem dos trinta milhões de euros e chegou a haver necessidade de inflacionar determinadas rubricas, como a venda da lenha, o que agora também não é permitido.-

----- Terminou referindo tratar-se de um documento realista e recordou que anteriormente era permitido o endividamento, podia-se pagar aos fornecedores a duzentos dias ou mais e neste momento existem limitações que, caso não se cumpram, trazem penalizações. Também lembrou que, como têm capacidade de endividamento poderiam contrair empréstimos e nunca o fizeram nos executivos por si liderados e a dívida foi reduzida da forma que está explicita no documento. Aditou que, “houve outros tempos”, mas este é o tempo que se vive e, sem preocupações com o calendário eleitoral, porque enquanto Presidente da Câmara já provou o que consegue fazer, afirmando que no futuro quem venha gerir os destinos do município tem condições para aproveitar todos os Fundos Comunitários que forem disponibilizados.--

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- O documento de Prestação de Contas tem coisas boas, houve dificuldades no que respeita ao investimento e que estão ali espelhadas e solicitou que não pusessem na sua “boca palavras que não disse”, mas não considerava que o que estava espelhado fosse histórico.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para esclarecer que apenas dissera que a taxa de execução da receita e da despesa conseguido era histórico, não dissera mais nada.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que estas Contas são reflexo do primeiro Orçamento que é apresentado no novo enquadramento que não permite empolamentos e o Orçamento na altura foi um orçamento de rigor, embora se inclinasse mais para os dezanove milhões de euros, o que agora se provava considerando que a taxa de execução rondou esse valor. Disse ainda que, caso o Orçamento seja analisado de forma global, quer quanto à receita, quer quanto à despesa, a taxa de execução está perfeitamente equilibrada e justificada, demonstrando também todo o empenho que foi feito. Saliu que quando se fala de cinquenta e quatro por cento no investimento, tem que se perceber que o investimento é uma percentagem mínima do Orçamento geral, daí considerar, do ponto de vista da honestidade, que o que está dito no Relatório, com verbas que não foram recebidas no ano de dois mil e dezasseis, projectos que derraparam para dois mil e dezassete e o atraso do “Portugal 2020” justificam esta taxa de execução de 54% no investimento, a outra questão são as opções políticas e as prioridades de cada executivo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com a abstenção dos Vereadores Carlos Alberto da Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós abstivemo-nos na aprovação das Contas não que no nosso entender elas não estejam apresentadas de forma correta, mas porque elas reflectem a politica da maioria e as opções da maioria e nesse sentido, como foi a maioria que foi responsável a tempo inteiro pela execução e acompanhou, para o bem e para o mal, deve ser responsabilizada por essa situação.” -----

----- **PONTO XIII – APOIO À ASSOCIAÇÃO DE CICLOTURISMO “AMIGOS DA RODA” (ACAR)-ARROUQUELAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do parecer emitido, aprovar o pedido da associação de cicloturismo "Amigos da Roda", no valor de 2.000 € (dois mil euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que iriam votar favoravelmente os apoios propostos porque eles resultam de necessidades e carências registadas pelo movimento associativo e que os serviços da Câmara acompanharam. Disse ainda que, considerando que este ano é um ano de eleições e em politica o que parece é, gostaria que fosse feito um trabalho exaustivo, tão rápido quanto possível, sobre as associações que precisam de apoio, para que se tome essa decisão para evitar interpretações menos corretas e que seja a Câmara a antecipar-se aos problemas de forma a evitar o ter que reagir depois.-

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com todos os apoios que são dados ao Movimento Associativo, tanto mais que eles significam melhores condições e instalações e recordou que a Comissão de Melhoramentos e Progresso de Asseiceira solicitara apoio para a remodelação do telhado e foi-lhes dito que não havia verba, questionando qual o ponto da situação. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que lhe fizessem chegar esse pedido de apoio, pois se o fizeram foi já há algum tempo atrás e provavelmente numa altura em que não havia condições financeiras para atribuir apoios. Referiu ainda que em dois mil e dezasseis já foram atribuídos alguns apoios por ordem de prioridade, mas vão sempre resolvendo conforme os pedidos vão surgindo. Concordou com a sugestão do

Vereador Carlos Nazaré sobre esta matéria.-----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --
----- **PONTO XIV – APOIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE SOURÕES** -----
----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, aprovar o pedido de Apoio Financeiro para a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Sourões, para pintura da sede da Associação e capela, no valor de 5.000 € (cinco mil euros). -----
----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----
----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --
----- **PONTO XV – APOIO AO SALPIQUETE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE ARROUQUELENSE** -----
----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, aprovar o pedido de Apoio Financeiro para Salpiquete - Associação de Solidariedade Arroquelense, para melhoramentos no edifício sede, no valor de 5.000 € (cinco mil euros). -----
----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----
----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---
----- **PONTO XVI – CONTRATOS PROGRAMA DE ASSOCIATIVISMO** -----
----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação e pareceres/certidões emitidos, aprovar a proposta de Contratos Programa com o Associativismo Riomaioense referente ao ano de 2016. -----
----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----
----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----
----- Iniciou a intervenção começando por se congratular com a proposta apresentada que é de uma importância muito grande esta confiança que o Poder Executivo Autárquico pode dar às Coletividades, nomeadamente, na sua perspetiva para a concretização dos seus desideratos. Disse também que as associações desportivas ficam assim a saber com o que podem contar antecipadamente, o que é da maior importância porque as coletividades vivem atualmente um momento muito difícil e também as questões que se colocam ao nível do voluntariado, sendo muito difícil as questões dos horários.-----

----- Disse ainda que a Casa do Povo é contemplada com três mil e quatrocentos euros, questionando quais são as outras atividades desportivas de que dispõem para além do Judo.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se às Associações Culturais onde se verifica uma redistribuição significativa de apoios às Associações de Pais, que apesar de ser pouco é muito importante que seja certo, recordando municípios que se comprometeram durante anos e nunca entregaram às Associações o dinheiro que lhes era devido e só o fizeram com o PAEL. Opinou que também compete às Associações reivindicar mais, caso considerem insuficiente.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que os valores que são atribuídos ao Movimento Associativo, quer na sua área, quer na área cultural, regem-se pelo regulamento de Apoio ao Associativismo, cujo processo de revisão já foi iniciado, para o adequar à realidade atual e os valores foram os aprovados em Orçamento para o ano de dois mil e dezassete. Esclareceu que os Clubes apresentam a candidatura e posteriormente os serviços analisam e distribuem as verbas nos termos do regulamento.-----

----- Terminou a intervenção referindo que este ano houve um aumento dos valores orçamentados em relação ao ano anterior, mas que devido ao maior número de clubes e entidades que concorreram, os valores atribuídos são idênticos aos do ano anterior. Informou ainda que a modalidade desportiva da Casa do Povo é o Judo e os valores atribuídos, nos termos do regulamento, estão relacionados com o rácio de atletas, se estes são federados ou não, bem como as atividades a desenvolver. Disse ainda que tanto no caso do apoio ao Movimento Associativo de Juventude e Desportivo tem mais um procedimento que não tem o Movimento Associativo Cultural que é ser presente ao Conselho Municipal de Juventude, onde as propostas apresentadas foram aprovadas por unanimidade. Frisou que os critérios de atribuição foram objetivos.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votámos favoravelmente esta proposta e congratulamo-nos que ela tenha aparecido relativamente cedo este ano, em Abril, e no pressuposto de que há equidade nos valores apresentados para cada uma das Instituições ou Associações.”--

----- Ausentou-se da reunião a Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo por se estar impedida de participar na votação.-----

----- **PONTO XVII – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR NO CONCELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, designar como representantes da Câmara Municipal no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva: a Vereadora, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo; a Chefe de Divisão da Unidade Administrativa, Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano, Maria de Lurdes Martins Violante e a Técnica Superior da UAECVCH, Sandra Isabel Pereira Serrão. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- A Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo voltou à reunião. -----

----- **PONTO XVIII – EICEL 1920 – VIII AÇÃO VOLUNTÁRIA DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO MINEIRO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da carta da EICEL 1920, datada de 12/04/2017, autorizar a realização da VIII Ação Voluntária de Conservação do Património Mineiro de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que vão votar favoravelmente a proposta apresentada, mas opinou que não compete a esta Associação andar a fazer a limpeza que compete à Câmara Municipal de Rio Maior dado os meios de que dispõem, devendo esta Associação dedicar-se a objetivos mais importantes e meritórios.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com a disponibilidade de mais uma Coletividade e esta apenas serve para dizer que o Movimento Associativo é um Poder Local muito forte, havendo que congregar o que cada um pode dar. Disse ainda que a Associação deve libertar-se destes encargos, mesmo como voluntários, da limpeza de um terreno e estava de acordo com o Vereador Carlos Nazaré, dado que deve ser encontrada uma solução que não seja tão desgastante, nem inferiorizante para a Câmara Municipal.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de

forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHOR PAULO PEREIRA**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Solicitou a marcação de lugares de estacionamento junto do Bairro da Mãe d'Água o que já solicitara há cerca de quatro anos, tendo-lhe sido respondido que não havia verbas, questionando o atual ponto da situação. Referiu também a falta de limpeza do pinhal, pois os serviços só fazem a limpeza junto da churrasqueira.-----

----- **SENHORA PRESIDENTE** -----

----- Informou que os serviços ainda não concluíram a limpeza. Quanto à marcação do pavimento referiu que iria solicitar informação sobre esta matéria.-----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o Clube de Natação de Rio Maior informou que a situação relativa aos anos de dois mil e quatro e dois mil e cinco já são do domínio público, mas considerou que falta prestar esclarecimento para a opinião pública, daí considerar-se uma vítima em todo o processo.-----

----- Sobre o Bairro Social referiu que foi nos executivos dos Vereadores Carlos Frazão e Carlos Nazaré que as obras se lançaram e, trinta anos depois, ainda existem muitas situações por resolver, a nível da habitação social, o que lamentava profundamente.-----

----- Registou com alguma tristeza o facto de no passado dia vinte e quatro, os Vereadores terem abandonado a sala de reuniões, embora um deles, posteriormente, tenha regressado, situação que o deixara profundamente magoado. Disse que o Poder Local Democrático foi uma conquista do “25 de Abril” e os Vereadores foram eleitos pelo Povo, os eleitores do concelho de Rio Maior, e são honrados, opinando que têm que estar disponíveis para ouvir as reclamações dos eleitores do seu concelho.-----

----- Referiu ainda que a Vereadora Ana Figueiredo falara com alguma ironia, mas queria dizer que sempre esteve na vida de “cara limpa e de forma vertical”, nunca andara á procura de nada e é militante do PCP, e não se devem esquecer da sua ligação de trinta e cinco anos ao Movimento Associativo.-----

----- **SENHORA PRESIDENTE** -----

----- Referiu que tomara nota das questões apresentadas e referiu que lhe pagam para trabalhar até ao último dia do mandato, independentemente de se estar em ano eleitoral e referiu que lhe faltam cinco meses para fazer doze anos de vida pública, e tivera o privilégio como Presidente de Junta de Freguesia, cargo considerado o parente pobre, mas o mais gratificante pela proximidade que tem com os fregueses,

proximidade essa que fizera questão de não perder quando assumira funções em dois mil e nove, como Presidente da Câmara. Disse ainda que continua a receber pessoas e a ter pessoas que a esperam junto do café e junto da casa onde mora, demonstrando sempre disponibilidade dentro e fora da Câmara Municipal e referiu que a democracia muitos a evocam e poucos a praticam, o mesmo acontece com a solidariedade, o civismo.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Esclareceu que está disponível para colaborar na alteração do Regimento, mas não estava disponível para que o mesmo não se cumprisse, ou seja as pessoas quando se inscrevem têm de informar os assuntos sobre os quais vão falar, para que depois não falem de outros assuntos. Referiu ser da responsabilidade da Senhora Presidente o cumprimento do citado Regimento e manifestou a sua disponibilidade para colaborar na sua alteração, considerando que se ele não serve, deve ser alterado.-----

----- Disse ainda que lhe fora apontada alguma responsabilidade enquanto membro do Executivo, quanto á aprovação da Habitação Social, mas salientou que essa opção do Executivo permitiu resolver o problema das pessoas que não tinham casa. Referiu que os munícipes sabem o que se passou em Vale de Óbidos e o munícipe que interveio acompanhou esse processo e todas as dificuldades existentes com o loteamento em questão e com as famílias que cederam os terrenos e a Câmara Municipal avançou com o processo até onde lhe foi permitido Disse ainda que, caso o munícipe o queria responsabilizar, também tem as vias judiciais para o fazer, referindo não admitir qualquer ameaça nem coação neste fórum, por uma situação de que não era responsável, pois sempre defendeu o rigor e salientou que na vida pública também já deu provas de bem servir o interesse público. Não cedia a pressões.-----

----- **SENHOR CLEMENTE SANTOS**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou que estava a pensar iniciar um negócio e questionou se seria viável utilizar um quiosque existente no Jardim. Referiu que já reunira com o Dr. Jorge Colaço sobre este assunto e gostaria de saber qual o valor da renda, caso isso fosse possível. Informou que já solicitara esta pretensão através do email geral da Câmara, pois como desempregado, para apresentar o projeto tinha de dizer qual era o espaço de que dispunha e informou que o mesmo será para representar uma marca a nível nacional.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Informou o munícipe que embora tenha o pelouro do Património, o assunto envolve também outras áreas, nomeadamente a ocupação de espaço público.

Informou o munícipe que se pretende fazer lá algum investimento, deverá apresentar um projeto na Câmara Municipal devidamente fundamentado com a indicação do que pretende fazer no local em causa para análise, e, caso o parecer seja positivo, a Câmara abrirá uma hasta pública para o citado espaço, e nessa altura poderá concorrer. Frisou que estava a dar uma resposta global, dado não conhecer o processo, mas este será o procedimento a seguir.-----

----- **SENHOR JOSÉ COELHO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Questionou qual o ponto da situação relativamente à lavandaria Wash Rio frisando que quem está a sofrer com as consequências de ainda não ter sido tomada uma resolução é a família do seu irmão.-----

----- **IRMÃO DO SENHOR JOSÉ COELHO** -----

----- Referiu que as medições estavam feitas considerado que o processo não avança porque falta coragem na Câmara para tomar uma resolução, apesar de já terem reunido com o Senhor Vereador. Disse ainda que as máquinas foram tapadas com cobertores e não percebia porque não era tomada uma resolução.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que quando chegaram este assunto já tinha sido abordado e dada a explicação da razão do assunto não ter sido agendado e passou a ler os email's sobre esta matéria, dando os devidos esclarecimentos.-----

----- **SENHOR JOSÉ COELHO** -----

----- Informou que no Domingo de Páscoa a lavandaria não cumpriu o horário de laboração, assim como em outros dias da semana a decorrer. Disse ainda que tem um filho em idade escolar e não percebia porque continuava a situação sem resolução e deu o exemplo da Câmaras como a de Tomar que já encerrou uma lavandaria e aqui não têm coragem.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que a Câmara tinha de cumprir com as deliberações tomadas anteriormente.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 21 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____